



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Administração Pública		
Reunião: 2ª Ordinária	Sessão legislativa: 2ª	Legislatura: 19ª
Data: 9/2/22		
Horário de início: 13h37min		Horário de encerramento: 13h57min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Wilsinho da Tabu e com a presença dos vereadores Helinho da Farmácia, Juninho Los Hermanos, e da vereadora Iza Lourença, todos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATA

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 2/2/22.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 40/22 - pedido de informação à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, com a finalidade de “informar com relação à licitação publicada no DOM do dia 02/02/22”. Autoria: vereador Ciro Pereira.

Aprovado por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 41/22 - pedido de informação à Secretaria Municipal de Fazenda e à Controladoria Geral do Município, com a finalidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“obter informações sobre o seguinte contrato: Extrato do Sexagésimo Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço Processo licitatório PE 2015/116: 01.169.469.15.64 Processo de contratação: 01.109.898.16.63 Instrumento Jurídico no SUCC: 01.2016.0803.0028.68.00 Contratante: Município de Belo Horizonte / Secretaria Municipal de Fazenda. Contratada: Cooperativa de Transportes e Serviços Urbanos e Rurais Ltda. - COOPERTUR CNPJ: 10.687.745/0001-24 Objeto: a revisão dos valores contratados, a alteração do Anexo II do Contrato e a alteração do valor contratual. Prazo de vigência: 01/02/2022 a 15/08/2022. Valor do aditivo: acréscimo de R\$ 5.086.287,67 (cinco milhões, oitenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos)”. Autoria: vereador Ciro Pereira.

Aprovado por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 61/22 - pedido de informação ao diretor-presidente da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte - Prodabel, Leandro Moreira Garcia, com a finalidade de “obter informações sobre o cargo de Assessor na Diretoria de Inclusão Digital”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Aprovado por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão nº 62/22 - pedido de informação à Secretaria Municipal de Fazenda e à Controladoria Geral do Município, com a finalidade de “informar: 1) Há matriz de risco para este contrato? O que motivou o termo aditivo? 2) Gentileza apresentar a planilha de custos apresentada pela Contratada que dão lastro ao termo aditivo. 3) A Procuradoria avalizou este termo aditivo? 4) Qual é a porcentagem que o valor do aditivo refere-se ao valor total do contrato? Supera 25%? 5) Sem prejuízo de outras solicitações e/ou pedidos a partir destas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informações iniciais, são estes os fundamentos e justificativas legais que se apresenta a esta comissão, estando cômico este Vereador quanto a seu dever Constitucional e legal nesta solicitação, com fundamento nos artigos 70 e 74 da Constituição de 88, aplicáveis por força do princípio da simetria à Lei Orgânica deste município, a partir dos artigos 95”. Autoria: vereador Ciro Pereira.

Aprovado por unanimidade.

5) Requerimento de Comissão nº 63/22 - pedido de informação à Prefeitura de Belo Horizonte – PBH - e à Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - Belotur, com a finalidade de “prestar informações com relação ao carnaval de 2022 de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Ciro Pereira.

Aprovado por unanimidade.

6) Requerimento de Comissão nº 65/22 - envio de ofício à Secretaria de Políticas Urbanas, à Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap, à Companhia de Urbanizadora de Belo Horizonte – Urbel, e à Regional Barreiro, com a finalidade de “que seja expedido ofício as instituições arroladas neste requerimento, solicitando uma reunião institucional, com os membros do Grupo de Trabalho da Região Administrativa da Região do Barreiro, para o dia 21/02/22, às 10 horas. Caso haja impossibilidade de agenda na data proposta, requer que os órgãos sugiram uma data possível”. Autoria: vereadora Iza Lourença.

Aprovado por unanimidade.

7) Requerimento de Comissão nº 66/22 - envio de ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, à Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica e à Superintendência de Limpeza Urbana - Urbel, com a finalidade de “que seja expedido ofício às instituições arroladas neste requerimento, solicitando uma reunião



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

institucional com os membros do Grupo de Trabalho da Região Administrativa da Região do Barreiro, para o dia 23/02/22, às 10 horas. Caso haja impossibilidade de agenda na data proposta, requer que os órgãos sugiram uma data possível”. Autoria: vereadora Iza Lourença.

Aprovado por unanimidade.

8) Requerimento de Comissão nº 67/22 - audiência pública com a finalidade de “debater o Projeto de Lei 254/2022 que Estabelece normas de Governança Pública e Gestão de Riscos para gestão fiscal, orçamentária e do desempenho da receita e da despesa do Município de Belo Horizonte, e dá outras providências”, no dia 9/3/22, às 13h30min, no Plenário Camil Caram. Autoria: vereador Wilsinho da Tabu.

O vereador Wilsinho da Tabu discutiu o requerimento de comissão.

Aprovado por unanimidade.

9) Requerimento de Comissão nº 68/22 - pedido de informação ao diretor da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans, Diogo Prosdocimi, com a finalidade de “obter as seguintes informações: 1- Considerando a atual estrutura organizacional da BHTRANS (vigente até 31 de dezembro de 2021, quais os seguintes dados: a) Número de empregados aposentados pelo INSS, em data anterior à vigência da Emenda Constitucional - EC 103/2019? b) Número de Empregados Aposentados pelo INSS, após à vigência da Emenda Constitucional - EC 103/2019 (desligamento compulsório)? c) Número de Empregados Aposentados pelo INSS com idade superior a 75 anos de idade, conforme Orientação Normativa PGM N° 011/2016 (desligamento compulsório); d) Número de Empregados públicos concursados, contratados sob regime celetista (Consolidação das Leis Trabalhistas -



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

CLT), ainda não aposentados até 1º de janeiro de 2022 (data de início das atividades da SUMOB conforme Lei Nº 11.319/2021)? 2- Segundo estimativas, qual o número de aposentadorias dos empregados públicos concursados da BHTRANS, ano a ano, a partir de 1º janeiro de 2022, considerando somente os critérios básicos de tempo de trabalho e idade para homens/mulheres, até o teto de 15 (quinze) anos estabelecidos na Lei Nº 11.319/2021 para a liquidação da empresa? 3-Qual a proposta do Poder Executivo para a oferta Plano de Desligamento Voluntário - PDV, explicitando vantagens e expectativa de prazo para adesão dos empregados públicos interessados? 4-Qual a disponibilidade de rubrica orçamentária específica para custeio do PDV, bem como a fonte de recursos? 5-Como será considerada e aplicada a Orientação Normativa PGM Nº 011/2016, que trata da aposentadoria compulsória dos empregados públicos aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, vigente desde 04 de janeiro de 2016, conforme publicação em Diário Oficial do Município de Belo Horizonte? 6-Como serão consideradas as questões relacionadas a direitos sobre Planos de Saúde dos empregados públicos concursados da BHTRANS nos seguintes casos: a) aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade; b) Plano de Desligamento Voluntário – PDV?”. Autoria: vereadora Iza Lourença e vereador Wilsinho da Tabu.

Aprovado por unanimidade.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

Foi dada ciência à comissão do recebimento de ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1.793/21.

ENCERRAMENTO

